

UMA ANÁLISE DA MULTITERRITORIALIDADE DO FUNK CARIOCA ¹

Leonardo de Castro Ferreira²

RESUMO

Os espaços metropolitanos nas últimas décadas atingiram uma densidade técnica e informacional jamais vista, potencializando seus estímulos, e assim complexificando também as relações humanas, no e com o espaço. Analisar tais relações e comportamentos hoje, se revela uma tarefa cada vez mais árdua que necessita a mobilização de atributos e de conceitos também complexos. O funk enquanto expressão sociocultural atravessou um processo de reinvenção no Rio de Janeiro. Desta forma, ele reflete em si a complexidade da metrópole, sua mobilidade, sua multiplicidade, suas contradições. É neste sentido, que buscaremos analisar tal fenômeno, em termos, da construção de suas territorialidades, ou melhor, da sua multiterritorialidade.

Palavras-chave

Funk Carioca; Processo de reinvenção; Multiterritorialidade; Poder.

AN ANALYSIS OF THE FUNK MULTITERRITORIALITY CARIOCA

ABSTRACT

The metropolitan spaces in recent decades have reached a density technical and informational ever seen, potentiating its stimuli, and making human relations, in and with the space, increasingly complex. Analyze such relations and behavior today, it is a task increasingly demanding that requires the mobilisation of attributes and concepts also complex. The funk as a social and cultural expression has gone through a process of reinventing in Rio de Janeiro. In this way, it reflects in itself the complexity of the metropolis, their mobility, multiplicity, its contradictions. In this sense, we are proposing analyze this phenomenon, in terms, the construction of their territoriality, or better, its multiterritoriality.

Key-words

Funk Carioca; Process of reinventing; Multiterritoriality; Power.

¹ Agradecemos ao Prof. Rogério Haesbaert pelos diálogos oferecidos, na disciplina diversidade territorial e regionalização, que muito contribuíram para o enriquecimento de nosso trabalho.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal Fluminense (UFF).leocastro_f@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de um projeto maior em desenvolvimento, a dissertação de mestrado intitulada: “As multiterritorialidades do Mundo Funk Carioca: do circuito marginalizado ao midiaticizado”. Ele nasce da necessidade pela construção de um aporte teórico que contemple o universo funk em sua complexidade, uma vez que o funk carioca é um fenômeno metropolitano que carrega em seu âmago a multiplicidade, pois o espaço é “a esfera na qual distintas trajetórias coexistem”, ou seja, é a esfera da “coexistência da heterogeneidade”, visto que “multiplicidade e espaço são co-constitutivos” (MASSEY, 2008, p. 29). A multiplicidade é, portanto, caráter constitutivo do seu processo de reinvenção no espaço do Rio de Janeiro. No entanto, pensar estritamente em termos de multiplicidade não nos instrumentaria para análise do fenômeno em sua completude, portanto, neste trabalho caminharemos em direção ao conceito de multiterritorialidade e a partir das propostas de Haesbaert (2004a), pretendemos ajustar o conceito e propormos alternativas para estudos de território e territorialidades, considerando a polissemia dos conceitos, em espaços metropolitanos onde a diferença e a mobilidade adquirem tamanha potencialidade, condicionando o acionamento de múltiplos territórios e territorialidades. Todo unidirecionamento de estudos de fenômenos metropolitanos, seja qual for, em termos de sujeito, relações de poder, ou concepções estreitas de território e territorialidade, pode incorrer numa análise que se distancie por demasiado da realidade.

Num primeiro momento, devido à demanda por substrato empírico, apresentaremos um breve contexto histórico-geográfico do Funk, desde sua introjeção no Brasil, sua reinvenção nos subúrbios e favelas cariocas, a construção de múltiplos espaços de ocorrência (modalidades do funk) até seu atual estágio de explosão escalar e midiaticização.

Num segundo momento, afirmamos uma incompletude em relação à abordagem das ciências sociais, em geral, em relação aos estudos de identidade na metrópole. Aqui não se trata de uma crítica diretamente às ciências sociais, mas um alerta aos geógrafos que buscam nela as soluções totais para os seus problemas. Uma análise geográfica de território por mais voltada para a dimensão simbólico-cultural, como é o nosso caso, jamais pode prescindir do substrato material que o termo carrega.

No entanto, análises estritamente pautadas nos conceitos tradicionais de território e territorialidade em sua dimensão material, jurídico-política, são de um alcance exíguo em relação à amplitude e complexidade dos fenômenos metropolitanos.

É inegável a importância e contribuição tanto dos estudos territoriais mais tradicionais em geografia quanto das ciências sociais, principalmente da antropologia e mais recentemente da antropologia urbana. No entanto, em tempos onde a multiplicidade se torna imperiosa, qualquer análise que se prive de conceitos que da mesma forma a multiplicidade seja inerente se torna insuficiente. Desta forma, neste momento buscaremos demonstrar através da empiria do universo Funk como a multiterritorialidade pode se constituir num recurso que preencha estas lacunas.

UMA BREVE HISTÓRIA E CARACTERÍSTICAS DO FUNK CARIOCA

A fluidez no tempo e no espaço é algo inerente à música e seus espaços, uma vez que esta é um elemento sociocultural, e portanto, passível de ser reinventado³, não apenas renovada (repetição da geração do novo), visto que o processo de reinvenção e recriação por mais espontâneo que seja remete minimamente ao passado do processo, pois possui uma origem. Segundo, Morin o prefixo *re* possui uma polissemia complexa que transcende seu sentido mais comum, a repetição. Este prefixo entendido como tal remete apenas ao sentido físico, ao qual Morin associa as “máquinas artificiais” que “não são reparadoras de si mesmas: são produzidas e reproduzidas pelo homem” (MORIN, 2001, p. 374). Quando Morin nos convida a passarmos do sentido físico ao sentido biológico, o prefixo *re* não se restringe apenas à repetição, a multiplicação de cópias, porque “na vida (...) existe movimento, trabalho, geração, mobilização das potências computantes/organizadoras, criação de um ser, de uma existência” (MORIN, 2001, p. 380). Desta forma, o prefixo *re* evoca uma multiplicidade de sentidos como reorganização, renovação, reprodução, reiteração, reflexão, recorrência, rememoração, retroação. E muito dificilmente o *re* numa mesma palavra vai apresentar um sentido único, uma vez que o sentido principal é fruto de uma combinação (reorganização) incessante de vários elementos, assim como da reflexão, pois “não há atividade organizadora, produtora, memorizadora e um ser vivo capaz de passar sem computo, sem um circuito reflexivo auto-referente de si para si” (MORIN, 2001, p. 378).

Sendo assim, existe um conjunto de caracteres

³ Ao longo do texto buscaremos dar substância ao prefixo *re*, de modo que as palavras não sejam esvaziadas de seu conteúdo.

constitutivos que devem ser considerados, que através de uma recombinação/reorganização permanente gera o novo. A inovação, é portanto, um “ciclo retro – meta” constituindo um circuito espiral (tridimensional) “que se desloca cada vez que regressa a si próprio” e não um ciclo puro (unidimensional) configurado pela mera repetição. Isso explica-se, segundo Edgar Morin, porque:

A evolução é simultaneamente a ruptura da repetição por surgimento do novo e reconstrução da repetição por integração do novo. Foi transformando-se evolutivamente – isto é, desenvolvendo-se – que a vida sobreviveu às adversidades que, de modo contrário, a teriam aniquilado. Aqui aparece a verdade da concepção freudiana: temos de escapar à repetição se queremos responder à eventualidade, à perturbação, ao trauma. Mas temos também de restaurar a repetição integrando nela o desenvolvimento adquirido. (MORIN, 2001, p.385)

Este fragmento atesta o caráter inventivo e transformativo⁴ da vida. Milton Santos, tratando da relação homem e natureza, evidencia o princípio inventivo humano colocando o trabalho como mediação e categoria da existência humana:

Na sua relação com a natureza, o homem não tem uma atitude de repetição, mas sim de invenção. Já os outros animais se limitam à simples repetição, do decorrer dos séculos. Ao repetir o gesto inicial, ele difere e aumenta o número de gestos, aprimora-se. (...) O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem precisa aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. (SANTOS, 2008, p. 96)

Tanto Morin quanto Santos caminham num mesmo sentido: não se pode restringir a atividade humana apenas à repetição. Desta forma, a palavras reinvenção e recriação que permeia todo o nosso texto transcende o significado de repetição do processo de geração do novo. Nelas está contido um processo complexo: retorno → reflexão → reorganização → renovação → repetição → memorização. Como vimos há um retorno ao passado que se faz num tempo espiral, a atividade de reflexão e discernimento dos homens recombina, remove ou adiciona novos elementos reorganizando-os, logo, gerando o novo (inovando/renovando) que ao mesmo tempo que retornou (retro) a origem, se distanciou (meta) porque já não é mais o produto inicial em si. Entra a necessidade da repetição fazendo com que o novo seja incorporado, esta é a memorização que é indissociável deste processo.

Após essa necessidade teórica de sermos justos com o prefixo re⁵, entendendo-o em sua complexidade,

chegamos ao nosso objeto de estudo, o funk carioca que possui uma grande demonstratividade da complexidade do processo de reinvenção em sua transmutação ao longo da base espaço-temporal. Nos remetendo à sua origem, podemos ter uma verdadeira noção disso.

Até chegarmos a atual roupagem do funk, que muitos pensam ser um produto recente e genuinamente carioca, foi necessário que outros estilos musicais de tempos e espaços distintos se metamorfoseassem e se transportassem. A matriz rítmica é africana que chegada ao Sul dos Estados Unidos junto aos escravos africanos, aos poucos se transformou em blues, música rural, que com a migração da população negra para as grandes cidades do Norte dos Estados Unidos, por volta dos anos 30, virou rhythm and blues, uma espécie de blues eletrificado. Da mistura deste estilo com o gospel surgiu o soul, um estilo que retratava o movimento negro e sua luta contra a discriminação dos anos 40 aos 60. Mas, como a maior parte dos estilos musicais, “apesar de serem produzidos por e para uma minoria étnica, acabam conquistando o sucesso de massa, o funk também sofre um processo de comercialização, tornando-se mais “fácil”, pronto para o consumo imediato” (VIANNA, 1988, p. 20). Esse trecho expressa o que aconteceu com o soul por volta de 1968, cooptado pela indústria fonográfica, logo se tornou sinônimo de “black music” perdendo seu caráter conscientizador e reivindicatório. É neste período que o soul ganha um ritmo mais pesado e agressivo transformando-se em funk.

Nesse contexto de febre musical norte-americana, nos anos 70, o funk foi exportado para o mundo, inclusive para o Brasil. Durante as décadas de 70 e 80, o funk no Brasil oscilou muito, chegou a atingir as classes médias da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas onde ele se afirmou definitivamente foi nos subúrbios cariocas. No início o movimento era dotado de um certo orgulho negro, principalmente, na Bahia o funk incorporou essa concepção, chegando como moda e cultura importada, logo percorreu seu próprio caminho revitalizando o afoxé baiano. No Rio de Janeiro, os bailes funk passaram por vários estágios de estilos, do soul ao funk, do funk ao charme, até chegar ao hip-hop que tomou conta a partir de 1985. Entretanto, no Rio de Janeiro, este estilo foi rotulado de “funk pesado” e caracterizou-se por sua total descaracterização de sua forma original, uma vez que o hip-hop não só possui como estilo musical o rap, como também está incutido de um estilo de vida próprio representado pela forma de se vestir, o estilo b-boy⁶, pela

⁴ Sem aqui queremos empreender um caráter evolutivo linear e de valor hierárquico.

⁵ Agradecemos aqui as sugestões do Prof. Ivaldo Gonçalves de Lima.

⁶ Utilização de roupas largas para facilitar a flexibilidade dos movimentos na dança. Há também a preferência por marcas esportivas de roupas.

forma de dançar, o break⁷ e pela forma de expressão artística, o graffiti⁸.

Os bailes funk chegaram a São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais. No Rio de Janeiro, a princípio, o soul lembrava a expressão do orgulho negro e a luta contra o racismo própria do movimento nos EUA, principalmente, nos primeiros movimentos como o Black Rio. O que mais impressiona é a forma como as gravadoras logo tornaram um circuito marginal em produto consumível, a exemplo do que aconteceu com o samba, houve até a tentativa de criar um “soul brasileiro”, cantado em português, mas não teve uma boa receptividade do público. Com exceção de alguns nomes como Tim Maia e Sandra Sá, a forma “abrasileirada” foi preterida diante da febre musical do funk norte-americano.

Uma referência ao recorte temporal da década de 70 a 80 permite-nos dizer que o funk, apesar dos artistas consumidos serem basicamente norte-americanos, se traduziu numa cultura parcialmente importada, uma vez que perante a inventividade dos cariocas ele foi metamorfoseado, criando novos códigos, tipos de dança, tipos de bailes, indumentária peculiar e em sua maior parte se reduziu à festividade e a diversão.

O funk carioca a partir da década de 90 sofreu muitas transformações, adquiriu notória complexidade diversificando os tipos de bailes, os tipos e temáticas das letras de funk, o conteúdo socioespacial dos bailes, bem como o alcance espacial do movimento funk. Sendo assim, concentraremos nossa pesquisa no movimento funk da década de 90 até a atualidade.

Para sistematizarmos as principais transformações que o funk sofreu no Rio de Janeiro, buscamos construir um sistema de contextos histórico-geográfico. Quanto a sua trajetória temporal, o funk carioca pode ser periodizado em:

A CHEGADA: IMPORTAÇÃO DO FUNK ESTADUNIDENSE

Período que compreende meados dos anos 70 ao final dos anos 80 – sendo o funk consumido no Brasil majoritariamente cantado em inglês. Foi o momento de introdução do funk no Brasil, onde o movimento passa por um processo de descaracterização, uma vez que o contexto histórico e geográfico no qual estava sendo introduzido era outro, sendo necessária a busca de novos sentidos. A desorientação cultural do movimento nesta época era tamanha que os funkeiros foram buscar inspiração na

indumentária dos surfistas da zona sul do Rio de Janeiro, como nos mostra Vianna:

O estilo masculino apropria-se de um tipo de vestuário que é mais conhecido como “surf wear” isto é, aquelas roupas que são desenhadas e vendidas para os surfistas (...) e outros detalhes que nada têm a ver com o estilo dos surfistas (...) as marcas da “surf wear” que podem ser encontradas nos bailes são, é claro, mais populares e baratas o que as que se encontram numa praia freqüentada pelos surfistas da Zona Sul carioca. Mas estes últimos parecem ser o modelo de elegância da “rapaziada dos bailes”, produzindo um estilo bem distinto daquele dos b-boys norte-americanos (VIANNA, 1988, pp. 73-74).

Podemos dizer que o movimento funk nesse período perde a conotação política, o caráter contestatório e a coesão social característico do funk nos EUA.

A TRANSIÇÃO: O “ABRASILEIRAMENTO” DO FUNK

Compreende o final da década de 80 ao da década de 90 – o funk passa a ser cantado em português e, em geral, seu ritmo e suas letras são qualificados por certo romantismo e reivindicação pela paz nos bailes. É também neste período que começam a tomar corpo os proibições (tipo de funk que exalta o tráfico e a violência) e os bailes de corredor (espécie de baile funk onde as galeras se confrontam violentamente).

Neste momento, esses diferentes tipos de estilos de funk convergem num mesmo sentido: o reforço da identidade territorial. Os MC's, cantores de funk, traziam em seus nomes, o nome de seu local de origem, assim como as letras de funk quase sempre falavam da realidade de alguma favela, ou contra sua estigmatização ou mesmo as músicas mais romantizadas enredavam o cotidiano de seus lugares (um romance que começou, especificamente em um baile ou numa favela). A identidade territorial das galeras do baile de corredor talvez seja a mais marcante, pois elas próprias possuem sua razão de ser no reforço da virilidade, vitalidade e superioridade de certos bairros sobre outros. A disputa nos bailes de corredor é territorial, cuja renda é a fama. Logo, as montagens trazem em suas letras elementos que conferem sua identidade territorial, tais como uma praça, o número da linha de ônibus e o próprio nome do bairro.

⁷ Espécie de dança solo marcada pela grande expressão corpórea e por movimentos acrobáticos.

⁸ Pinturas em muros e paredes de locais públicos e/ou privados, geralmente espaços degradados, que representam uma atitude contestatória e uma tentativa de animar estes espaços.

A ATUALIDADE: A BANALIZAÇÃO DO FUNK

Passagem dos anos 90 até os dias de hoje – o ritmo se complexifica integrando elementos como o som do berimbau e do atabaque (dentre outros), as letras são fortemente sexualizadas e/ou criminalizadas. Nesse contexto é comum ver em bailes de favelas com presença ostensiva do tráfico, frequentadores de classes mais abastadas cultuando os chamados funk proibidos, assim como o funk se midiática e é massificado. Este é o momento de maior cooptação midiática cujo processo será explorado de melhor forma mais adiante.

Ao contrário da década de 90, onde o funk buscava potencializar a afirmação das identidades territoriais, no período da banalização, principalmente no estágio atual, raramente encontra-se um MC com o nome de seu local de origem em seu nome artístico e as letras do funk midiático de nada possuem elementos que reforcem sua identidade territorial. Uma exceção são os proibidos que em suas letras reforçam a superioridade do poder do tráfico de certas favelas em relação às outras. A “deslocalização” no caso dos nomes dos MC’s, em verdade, é estratégica, pois, com o acirramento das disputas entre facções criminosas que são altamente territorializadas, a vinculação de algum local ao nome artístico seria onerosa para a mobilidade dos MC’s que muitas vezes fazem shows em comunidades onde predominam facções rivais.

A trajetória espacial que se segue possui correspondência, de forma respectiva, com as três fases da trajetória temporal:

CIRCUITO PERIFÉRICO: O FUNK “(AUTO) SEGREGADO”

Os bailes ficavam restritos às áreas periféricas (subúrbio e favelas cariocas), configurando um circuito relativamente fechado e segregado⁹, talvez não possamos caracterizá-lo de marginalizado, pois só é posto à margem aquilo que se tem conhecimento, neste momento as classes mais abastadas e a própria mídia não detinham muito conhecimento sobre o funk. Vianna relata que na década de 80 chegaram a dizer que ele havia descoberto o baile da Estácio de Sá, como se o que estava nos subúrbios fosse algo inexplorado e selvagem. “Esse termo (descoberta) denuncia a relação que a grande imprensa do Rio mantém com os subúrbios” (VIANNA, 1988, p. 12).

O público nos bailes, geralmente executado em clubes, galpões ou quadras de favela era socialmente delimitado, dotado de homogeneidade pelo menos no que tange a

origem social e a cor de pele (negra). “O baile funk é, principalmente, uma atividade suburbana”, alguns bailes podem até serem realizados na Zona Sul, “geralmente localizados perto de favelas e frequentados por uma juventude proveniente das camadas de baixa renda, e nunca de classe média” (VIANNA, 1988, p. 14).

CIRCUITO INTERMITENTE: A DIVERSIFICAÇÃO ESPACIAL DOS BAILES

Corresponde a um período de transição do segregado ao midiático, configurando uma maior diversificação espacial dos bailes, pois junto ao baile da comunidade coexistem o baile do tráfico, o baile de corredor, que possui seu auge neste momento, além da comercialização incipiente do funk, ou seja, é neste período que os bailes começam a se midiaticar. Podemos dizer que existem os bailes (e não o baile) de favela ou de comunidade, visto que a espacialidade de um baile de comunidade com domínio do tráfico é totalmente distinta da de um baile de comunidade comum. No entanto, ambos eram circuitos relativamente fechados, uma vez que não era comum se evidenciar a presença de frequentadores que não eram de origem suburbana. Alguns bailes começam a extrapolar os limites dos espaços segregados, onde as mesmas equipes de som, monopolizadoras da produção dos bailes, que executam os bailes nas periferias produzem bailes em casas de show, originando novas espacialidades. Portanto, podemos dizer que o circuito sincronicamente se abre e se fecha, assim como alguns bailes se reforçam (ativam) e outros retrocedem (desativam).

O interessante é que aqui o funk era marginalizado e criminalizado pela mídia e pela opinião pública porque a imagem que ficou na cabeça das pessoas foi a da violência dos bailes de corredor que logo foi associada aos “arrastões” muito comuns nas praias cariocas neste momento. Um universo tão diverso é reduzido e o funk passa a ser rotulado de violento e criminoso.

CIRCUITO ABERTO: O FUNK EM TODO LUGAR!?

O funk adquire um alcance geográfico maior devido sua projeção na mídia, chegando ao espaço virtual da TV (espaços de programas e de novelas). Essa é a grande novidade, o funk sofre um movimento inverso, antes as pessoas iam ao encontro dos bailes, hoje os bailes vão ao encontro das pessoas. Devido a isso e ao perfil cosmopolita que o funk adquiriu o circuito é aberto, até

⁹ Neste período as pessoas se quisessem frequentar deveriam ir ao encontro do baile.

mesmo em bailes de favela (em suas variações) e de corredor é comum, hoje, ver pessoas de classes mais abastadas. Existem até mesmo bailes de periferia que viraram de classe média, cuja destinação do consumo é deste público. Ou seja, na verdade ocorre uma via de mão dupla, o “asfalto”¹⁰ sobe o morro e o morro desce para o “asfalto”.

O título do tópico contempla um sentido ambíguo e proposital. Se considerarmos o lugar no sentido comum, a frase é entendida como uma afirmação (sim, o funk chegou a todos os lugares). Se considerarmos o sentido geográfico a frase é uma indagação, uma dúvida (será que o funk está em todo lugar?). Até que ponto isto é uma verdade, total ou parcial? Apesar do funk ter adquirido uma projeção para outros espaços, não significa que seja igual em todos eles, nesse sentido podemos dizer que os espaços do funk são formas enganadoras de homogeneidade. Em diferentes bailes ou até mesmo em um mesmo baile encontramos frequentadores de origens variadas e que fazem uso do funk de maneiras distintas. Aqui entra a questão do sujeito: como cada um se apropria do funk e produz sua própria celebração?

O funk carioca a partir dos anos 90 complexifica a conformação espacial dos bailes, originando várias modalidades, já mencionadas, mas ainda não esclarecidas, que possuem suas peculiaridades. Vejamos:

“O BAILE DE CORREDOR”

Tipo de baile de violência explícita muito comum na década de 90, onde as galeras regionalizadas¹¹ pela cidade em Lado A e Lado B se confrontam violentamente no baile que é conduzido pelas montagens das equipes de som (espécie de funk cujo ritmo é o grito de guerra das galeras, seu ritmo estimula a violência e a euforia). Nos bailes de corredor, na maioria das vezes realizados em quadras, clubes fechados ou galpões, o espaço do baile é dividido em dois lados, o Lado A e o Lado B. Entre os dois lados se forma uma área vazia, o corredor, que é o local onde se dá o conflito, o DJ toca as montagens e ele tem o poder, através do controle do som, de influenciar a intensidade dos conflitos. Num baile de corredor, sai vitoriosa a galera que avançar sobre o lado da outra, encurralando-a na parede.

Os bailes de corredor são exemplos de bailes que retrocederam, hoje existem poucos bailes de corredor no Rio de Janeiro.

“O BAILE DE FAVELA”

Tipo de baile funk executado em áreas periféricas, geralmente em favelas, que se complexificaram ao longo de sua história. Em suma eram bailes feitos para a comunidade local, mas a partir, principalmente, do início dos anos 2000 outras camadas da sociedade começaram a frequentar esta modalidade de baile. Hoje muitos destes bailes reproduzem o poder do tráfico sendo a execução do baile e das músicas marcada por forte apologia ao tráfico e ao seu poder bélico, bem como a sexualidade. Coexistem ainda variações de bailes de comunidade onde este caráter criminalizado e a presença ostensiva do tráfico não são explícitos, podendo se configurar num baile midiaticado.

“O BAILE DOMESTICADO” OU MIDIATIZADO

Tipo de baile que surge com a cooptação midiática que massifica o consumo do funk, extrapolando os limites de sua área de origem nas periferias do Rio de Janeiro, atingindo as classes mais abastadas que podem consumi-lo em casas de show, boates e, sobretudo, por programas de televisão. Muitas das músicas dos bailes midiaticados possuem relação direta com os chamados funk proibidos (espécie de funk criminalizado e/ou sexualizado) dos bailes de favela, recebendo uma nova roupagem em sua letra para serem legalizados. Não é raro existirem artistas do funk que cantem suas músicas nas versões proibidas e legalizadas.

MULTITERRITORIALIDADE – TEORIA E EMPÍRIA

Como já enunciado as ciências sociais, e particularmente a Antropologia em sua vertente mais recente, a Antropologia Urbana, vêm desempenhando um importante papel na “ampliação dos horizontes conceituais e teóricos” acerca dos “estudos sobre “tribos urbanas” e grupos sociais diversos (minorias étnicas, prostitutas, homossexuais etc.) e seus territórios” (SOUZA, 1995, p. 82).

A Antropologia Urbana surge na virada do século XIX para o século XX e tem como precursor Georg Simmel, pensador disputado pela sociologia e pela antropologia, mas que se designava em essência um filósofo como nos revela Vandenberghe (2005):

¹⁰ Gíria designada para se referir às pessoas com maior poder aquisitivo que não moram no morro, ou seja, aquele que mora lá embaixo.

¹¹ O que demonstra o grande poder de organização das galeras, assim como um saber local (popular).

De modo geral, fico um pouco aflito com o fato de me considerarem, no exterior, apenas como um sociólogo, enquanto sou de fato um filósofo, pois considero a filosofia como a meta de minha existência e, no fundo, só pratico a sociologia como um domínio acessório (citado em LEPENIES, 1990, p. 240).

A Antropologia Urbana se funda com o objetivo de investigar a influência da metrópole, a grande preocupação fenomênica da época, no comportamento dos indivíduos. Simmel viria influenciar a Escola de Chicago que dentre os autores, os mais reconhecidos são Park, Wirth e Foote Whyte.

Louis Wirth, por exemplo, define cidade como sendo “um núcleo grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos” (WIRTH, 1967, p. 104). Considera ainda, este ser um espaço privilegiado para a emergência de problemas sociais, sendo a cidade e, mais especificamente a metrópole, o espaço da complexidade.

É Simmel que já no início do século XX nos aponta a influência que a metrópole exerce na vida mental das pessoas:

Por um lado, a vida se torna infinitamente fácil para a personalidade na medida em que os estímulos, interesses, empregos de tempo e consciência lhe são oferecidos de todos os lados. Eles conduzem a pessoa como se em uma corrente e mal é preciso nadar por si mesma. Por outro lado, entretanto, a vida é composta mais e mais desses conteúdos e oferecimentos que tendem a desalojar as genuínas colorações e as características de incomparabilidade pessoais. Isso resulta em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particulação, para preservar sua essência mais pessoal (SIMMEL, 1967, p. 26).

Harvey, apenas muitas décadas após, — quando a vida metropolitana já estava num outro estágio de complexidade — reforçaria as conseqüências da potencialidade dos estímulos metropolitanos sobre o comportamento humano:

Em comparação com a vida numa sociedade que se transforma com menos rapidez, hoje fluem mais situações em qualquer intervalo de tempo dado — e isso implica profundas mudanças na psicologia humana”. Essa efemeridade, sugere Toffler, cria “uma temporalidade na estrutura dos sistemas de valores públicos e pessoais” que fornece um contexto para a “quebra do consenso” e para a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação. (...) O bombardeio de estímulos, apenas no campo da mercadoria, gera problemas de sobrecarga sensorial que tornam a dissecação dos problemas da vida urbana modernista na virada do século, feita por Simmel, insignificante em termos comparativos (TOFFLER apud. HARVEY, 1989, pp. 258-259).

Devido a este caráter complexo e de múltiplas

influências, a metrópole possibilita ao indivíduo aderir aos mais variados “estilos de vida”, que para Bourdieu seriam as “diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social”, “sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1983, p. 82). Esta preponderância se daria em detrimento da construção de uma identidade rígida, uma vez que, nos grandes centros urbanos devido à intensidade de bombardeios de estímulos é mais adequado utilizar o primeiro termo, visto que este expressa uma escolha do indivíduo por comportamentos mais fluidos o que permite a ele desempenhar múltiplos papéis na sociedade em concomitância, sem a construção de uma identidade fixa.

Os estilos de vida dotam o indivíduo metropolitano de um anonimato relativo, garantido pelo estado de reserva, pois como nos diz Simmel:

Na medida em que o indivíduo submetido a esta forma de existência tem de chegar a termos com ela inteiramente por si mesmo, sua autopreservação em face da cidade grande exige dele um comportamento de natureza social não menos negativo. Essa atitude mental dos metropolitanos um para com o outro, podemos chamar, a partir de um ponto de vista formal, de reserva” (SIMMEL, 1967, p. 19)

A valorização da individualidade é uma repercussão deste processo, que se encontra cada vez mais agravado, pois a velocidade e a sucessão das informações não permitem as pessoas perceberem o que acontece, o tempo é apenas o tempo de se adequar às novidades, num curto espaço de tempo se sucedem inúmeras situações. Sabemos que, diferentemente, cidades interioranas são mais propícias à formação de uma identidade mais rígida, por ser o espaço dos iguais, a informação circula com menor velocidade possibilitando a construção de um modo de vida fixo, mais engessado¹².

Louis Wirth condensa tais idéias, concluindo que:

Os grandes números (de indivíduos heterogêneos) são responsáveis pela variabilidade individual, pela relativa ausência de conhecimento pessoal íntimo, pela segmentação de relações humanas as quais são em grande parte anônimas, superficiais e transitórias e por características correlatas. A densidade envolve diversificação e especialização, a coincidência de contato físico estreito e relações sociais distantes, contrastes berrantes, um padrão complexo de segregação, a predominância do controle social formal, e atrito acentuado, entre outros fenômenos. A heterogeneidade tende a quebrar estruturas sociais rígidas e a produzir maior mobilidade, instabilidade e insegurança, e a filiação de indivíduos a uma variedade de grupos sociais opostos e tangenciais com um alto grau de renovação dos seus componentes” (WIRTH, 1967, p. 122)

¹² Sabemos que atualmente esta é uma afirmação que deve-se tomar extremo cuidado, visto que mesmo espaços ditos “interioranos” ou “lentos” estão submetidos a velocidade dos novos e eficazes meios de circulação.

De alguma maneira Simmel e Wirth já no início do século XX parecem trazer elementos que nos auxiliem na nossa caminhada rumo a multiterritorialidade. Embora em momento algum utilizem o termo territorialidade, até mesmo porque não se propõem a isso, trazem a todo instante elementos como a heterogeneidade, a mobilidade, a densidade de relações e a “filiação de indivíduos a uma variedade de grupos sociais”, que se aproximam, dos elementos constitutivos da multiterritorialidade. No entanto, tais contribuições, embora importantes, são insuficientes para os geógrafos que se prestam a estudar as territorialidades seja em qual for a perspectiva, mas mais precisamente em espaços metropolitanos. Souza tece uma severa crítica a Antropologia ao afirmar que:

Infelizmente, contudo, a Antropologia, com seus conhecidos vícios disciplinares (predição pelo “desviante”, despolitização do discurso, despreço para com o aprofundamento da análise do Estado...), tem dificuldades para alcançar uma interpretação “estratégica” dos problemas de sociedades complexas (conflitos sociais objetivos e suas causas, papel da produção do espaço enquanto variável essencial da reprodução do status quo). (SOUZA, 1995, p. 82-83)

Achamos que não se pode cobrar dos antropólogos que respondam pela produção do espaço, mas se há alguma inadequação quanto ao discurso da Antropologia para com os conceitos de território e territorialidade, é por conta da ausência das relações de poder, elemento indissociável do par território-territorialidade. Retomaremos a questão do poder em um momento mais oportuno.

Saindo da seara da Antropologia e adentrando o campo da Geografia, vemos Haesbaert nos apresentando como alternativa ao que muitos denominam como “desterritorialização” a multiterritorialidade. A “desterritorialização” sempre implica no seu complemento, a reterritorialização, pois o que em realidade existe “é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios – configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (HAESBAERT, 2007, pp. 19-20). Antes de prosseguirmos em nossa análise sobre a multiterritorialidade a que se fazer algumas ponderações acerca da tríade território-territorialidade-poder.

A princípio devemos clarificar que não existe uma concepção única de território e territorialidade, e muito menos a melhor. Estes são conceitos polissêmicos, que não são monopólio da Geografia. Para cada situação uma ou mais concepções poderão ser mobilizadas dependendo do

objeto e dos objetivos a serem atingidos. Portanto, deve-se sempre esclarecer em que dimensão se pretende trabalhar. Haesbaert (2007) fala em dois grandes “tipos ideais”, posições “extremas” de análise do território. Assim o território poderia ser visto pela sua dimensão funcional, em sua face mais material, aqui estaria a concepção jurídico-político do território, o território como recurso, o território como “área geográfica” que visa “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (SACK, 1986, p. 6). Ou pela sua dimensão mais simbólica e cultural, mais ligada ao vivido e ao imaginado. Neste sentido pode haver territorialidade sem efetivamente a existência de território, e pode ocorrer da territorialidade se transformar num processo de vir-a-ser, pois a territorialidade é um pressuposto para a existência do território, visto que não há território sem territorialidade.

Haesbaert continua nos advertindo que território simbólico e território funcional, em realidade são componentes indissociáveis, eles “nunca se manifestam em estado puro”, pois “todo território “funcional” tem sempre uma carga simbólica” e vice-versa, por menores que sejam (HAESBAERT, 2007, p. 23). Aqui acrescentamos que diante desta situação é sempre pertinente identificar os grupos que se encontram envolvidos na trama, um mesmo território pode ser mais simbólico para determinado grupo e mais funcional para outro.

A perspectiva que adotaremos no nosso trabalho recorre muito mais ao caráter simbólico, até porque o funk não constitui um território efetivo, embora circule por múltiplas territorialidades. Em determinados momentos devemos recorrer a uma concepção mais material como no caso do baile de favela e do baile de corredor, embora esta perspectiva não seja a mais evidente para o fenômeno Funk.

Haesbaert (2007) pratica um ajuste teórico muito oportuno, ao aproximar o espaço lefebvreano das “dinâmicas de territorialização”. Segundo Lefebvre (1986), existiriam dois tipos de poderes que estariam em constante tensão no processo de produção do espaço, um num sentido da dominação, que estaria mais ligado aos valores de troca, uma concepção mais explícita e material, e outra, no sentido de apropriação, que contemplaria a dimensão do simbólico e do vivido, muito ligado ao valor de uso. Como nos alerta Haesbaert, “para Lefebvre o espaço, em sua tríplice constituição (enquanto espaço concebido, percebido e vivido), é sempre socialmente produzido”, no entanto, sua aproximação às dinâmicas de territorialização deve ser ponderada, pois, segundo ele, o

que as diferenciaria seria “uma questão de foco” que no caso dos processos de territorialização estaria mais centrado “nas relações de poder que constituem aquele espaço” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Seguindo as proposições e as precauções sugeridas por Haesbaert decidimos estreitar esta relação entre apropriação e territorialidade rumo a nossa aplicação do conceito de multiterritorialidade ao Mundo Funk Carioca. Aqui gostaríamos de explicitar que tal ação é uma opção teórico-metodológica nossa, por uma demanda de nosso fenômeno de estudo, visto que Lefebvre possui uma visão não convencional de apropriação que para a maior parte dos autores estaria também vinculada à dominação. Daremos prosseguimento a esta investida mais à frente.

Para apreendemos o fenômeno da multiterritorialidade em terrenos férteis como é o caso dos espaços metropolitanos e aqui como se pretende no funk carioca, uma vez que propomos trabalhar no extremo da dimensão simbólica do par território-territorialidade, precisamos ajustar de forma correspondente o conceito de poder.

Como princípio partiremos da concepção foucaultiana de poder, na qual se defende que o poder “não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”, mas o poder não só se dá no exercício como também na relação. Considerando que o poder permeia múltiplas escalas, não sendo monopólio do Estado ou mesmo apenas de atores hegemônicos podemos captá-lo “em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se toma capilar” (FOUCAULT, 1986, pp. 175-183).

Sem desprezarmos o poder em sua forma mais coercitiva e explícita, mas evocando-o quando necessário, propomos integrar à nossa construção o poder simbólico, que como nos diz Bourdieu:

É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo o exercem. (BOURDIEU, 1989, pp. 7-8)

O poder simbólico somente pode ser entendido na relação, em seu conjunto, ele é datado e situado. Não são os objetos, os símbolos, ou mesmo o discurso que são o poder, estes são apenas “sistemas simbólicos”, instrumentos de exercício de poder, mas que precisam ser contextualizados temporalmente e espacialmente, desconsiderar isso é no mínimo uma leviandade e uma sujeição a um equívoco grave. Um objeto, canal de poder simbólico, fora do seu contexto, não tem eficácia e valor algum, como nos diz Bourdieu:

Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. (BOURDIEU, 1989, p. 14)

Fica clara a intenção, bem sucedida, de Bourdieu em nos demonstrar o caráter sutil, porém eficaz do poder simbólico, que segundo ele é um poder ligado à ideologia, entendida como a produção de sistemas de comunicação, tais como o discurso, os símbolos, os valores, o conhecimento, as visões de mundo concernentes a determinado grupo que se pretende universal, por objetivar a dominação. A concepção de poder simbólico de Bourdieu é uma partida importante para compreendermos as relações de força que estão em jogo na coexistência de múltiplas territorialidades, pois “desfeiticiza” a relativa “ausência” de tensão que um território sem relações de poder material explícita, porventura possa trazer. O poder simbólico permite-nos trazer à tona contradições e tensões que estão esmaecidas, mas que, no entanto são tão intrínsecas quanto eficazes.

Bourdieu, entretanto, nos apresenta o poder simbólico de uma forma estrutural, numa relação entre dominador e dominado, obviamente numa perspectiva relacional, pois não há dominador sem dominado e vice-versa, mas que se funda nas disputas entre classes. Ele sobrevaloriza, as disputas de força na esfera dos atores hegemônicos que estão no exercício do poder ou com a finalidade de exercê-lo. Vejamos:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os «sistemas simbólicos» cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a «domesticação dos dominados». (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Tentaremos aqui apreendemos as relações de poder simbólica, pelo viés foucaultiano, ou seja, fazer emergir este poder sublime na esfera do cotidiano e na escala micro, como nas territorialidades que estão em ação numa festa, por exemplo, mas não só priorizando o poder por quem o exerce, mas também por quem lhe é afetado. Desta maneira, podemos perceber a circulação do poder que não é de maneira alguma algo inerte, como nos ensina

Foucault:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 1986, p. 183)

Assim buscamos tratar o poder simbólico não só na perspectiva de quem o exerce, mas também no pólo oposto, aquele que é afetado, porém que promove resistência e que em dado momento por mais sublime que seja pode estar na posição de exercê-lo, nem que seja pela negociação. Uma festa, um baile, é um ambiente propício para constataremos como o poder circula, as suas temporalidades inerentes às territorialidades que ali estão em atividade. Assim percebemos a existência de um jogo de forças que por muitas vezes passa despercebido.

Uma vez feito os esclarecimentos quanto nossa visão de poder retomemos a multiterritorialidade. Este conceito-recurso é bastante rico, porém deve-se atentar para alguns cuidados para que não se caia num terreno minado. Vejamos:

1) Múltiplos territórios e multiterritorialidade não são sinônimos, a “multiplicidade de territórios” é uma condição “necessária mas não suficiente, para a manifestação da multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2007, p. 29). Para que esta condição seja efetuada estes território e/ou territorialidades devem ser acionados;

2) É muito importante distinguir entre multiterritorialidade potencial (disponível, realizável) e multiterritorialidade efetiva (realizada de fato) (HAESBAERT, 2004a, p. 350), visto que o potencial do exercício da multiterritorialidade é relativo, não são todos que estão em condições de exercê-la com mesma intensidade e plenitude. Os mais privilegiados estariam em posição de alcançar uma experiência de múltiplos territórios de forma sucessiva e/ou simultânea. Enquanto as “classes subalternizadas” estariam à frente de possibilidades mais restritas, no entanto, de alguma forma estariam vivenciando uma multiterritorialidade, mesmo que em sentido amplo.

Outra questão, é que as territorialidades ficaram mais móveis e instáveis, principalmente para as classes mais abastadas, que da mesma forma que podem ativar determinada territorialidade podem desativá-la quando lhe convier, ou seja, “dependendo de nossa condição social”, existem “muito mais opções para desfazer e refazer

constantemente essa multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004^a, p. 344). Esta constatação vai ao encontro do que Massey denominou “geometrias do poder”, assim dizendo:

A geometria do poder da compressão de tempo-espaco, pois diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada (MASSEY, 2000, p. 179)

3) Outra distinção de extrema importância seria entre multiterritorialidade num sentido amplo e multiterritorialidade num sentido mais estrito. A primeira está ligada ao simples fato da existência de uma multiplicidade territorial que neste caso se dá pela sobreposição de territorialidades no território, está muito mais ligada à lógica territorial zonal. Já a segunda, resulta da efetiva experiência/vivência simultânea de diferentes territórios e/ou territorialidades, ela está mais para a lógica reticular, “de territórios-zona, descontínuos”, ou mesmo pela “conectividade virtual” (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Os espaços e aqui digamos os territórios-territorialidades podem ser imaginados “como uma simultaneidade de histórias-até-agora” (MASSEY, 2008, p. 29), podemos admitir ainda que as pessoas “têm identidades múltiplas” assim como os “lugares”, no entendimento de Massey e para nós a experiência de múltiplas territorialidades de maneira simultânea favorecendo cada vez mais a uma hibridização. No entanto, tais experiências e vivências jamais são uníssonas, e aqui retomamos nossa relação com Lefebvre, justamente porque o território em tempos hodiernos, passa a ser experienciado por diferentes territorialidades e tais territorialidades por outras. O resultado é claro, há uma coexistência de tempo-espacos distintos que resultam na vivência e na apropriação de maneira particular por cada indivíduo que, por sua vez é resultado da conjunção de suas múltiplas experiências.

Assim propomos pensar em termos de uma multiterritorialidade diferencial em relação às pessoas/indivíduos que estão vivenciando uma mesma territorialidade, e concomitantemente outras mais, porém com apropriações e/ou finalidades de consumo distintas.

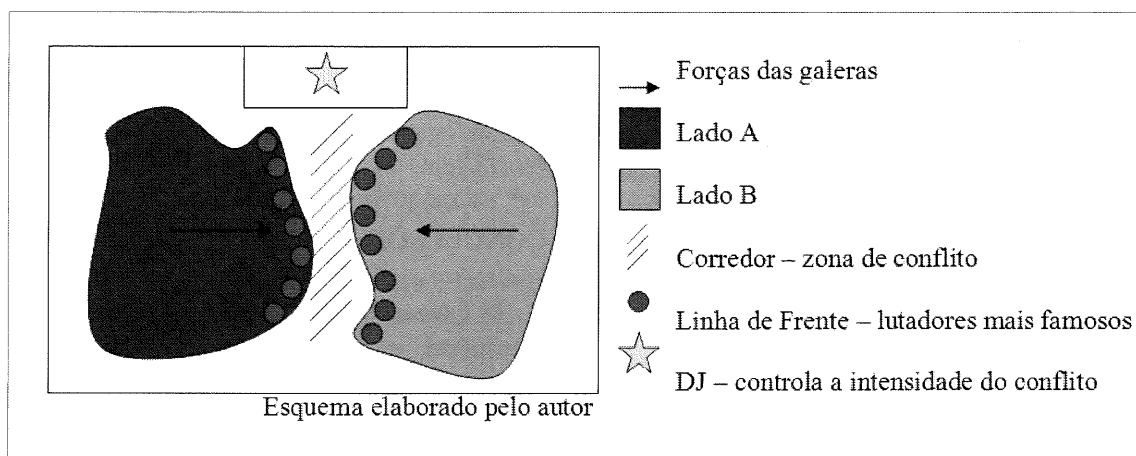
Um dos melhores caminhos para se analisar uma festa metropolitana, como é o caso do funk, é pensar pelo

¹³ Basicamente o privilégio de flertar num baile de favela com presença ostensiva do tráfico é do traficante que usufrui da disponibilidade de mulheres atraídas pelo seu poder. Vale lembrar que muitas mulheres de classe média também estão incluídas, são as chamadas “maria fuzis”, em analogia as “maria gasolina”, “maria chuteira”, etc.

¹⁴ Muitas crianças freqüentam o baile vendo na figura do traficante o seu herói. Elas desfilam pelo baile empunhando o dedo para o alto simulando uma arma de fogo, quando não, a empunham.

prisma da multiterritorialidade, onde se tem a conjugação da dimensão material e imaterial, por muita das vezes através de um contratualismo momentâneo e não explicitamente declarado. O fato de diferentes pessoas com histórias distintas estarem vivenciando uma mesma territorialidade, um baile funk, não quer dizer que tal multiterritorialidade diferencial implique necessariamente em conflito. Obviamente, uma tensão se estabelece, mas um acordo temporário e consensual se estabelece em prol de um objetivo comum também temporário que se superpõe em relação aos objetivos particulares, tal objetivo

no caso da festa funk é a diversão. Perceba que não se trata de algo permanente, este acordo se desfaz ao final da festa e é refeito periodicamente, conquanto a festa seja novamente realizada. Fora da festa, da vivência daquela territorialidade (que representa em si outras territorialidades), as pessoas experimentam/vivenciam outro(s) territórios e/ou territorialidades, mais permanentes ou também efêmeros, outros acordos são realizados ou não (quando não se encontra um objetivo geral comum) incorrendo em conflito.



Num baile de corredor, por exemplo, os sujeitos envolvidos se apropriam de maneira diferente do baile. Para os dançarinos/lutadores o baile representa uma válvula de escape do seu cotidiano estranhado na cidade, visto que a grande parte dos frequentadores são de origem humilde e de alguma forma tentam se afirmar. O promotor do evento obviamente vê no baile uma fonte econômica, assim como o DJ que vê ali o seu ganho de vida, da mesma forma os seguranças que ali estão trabalhando.

Num baile midiaticizado, promovido numa casa de show ou numa boate da zona sul do Rio de Janeiro, a clientela é diferenciada, os dançarinos vêm no funk uma mera diversão, naquele instante da festa ativam aquela territorialidade, acabado aquele momento retornam para seus outros papéis na sociedade, com os quais possuem maior comprometimento. O DJ neste baile, traz consigo sua origem humilde, mas que já não é mais a mesma, visto que seu ofício lhe garantiu maior mobilidade social. Mas, talvez de toda “comunidade” funk, DJ’s e MC’s sejam os que mais se identificam como “funkeiros” justamente porque o funk para eles diferente do restante dos envolvidos é uma territorialidade mais permanente, ao circularem pela cidade ou ao vivenciarem outras territorialidades eles levam o funk consigo.

Para o empresário da casa de show ou da boate, o funk é fonte de renda, impossível hoje não se render ao

fenômeno de massa que o funk se tornou, diferente de um passado não muito distante onde tais espaços eram restritivos ao funk. Poucos são os estabelecimentos desta categoria no Rio de Janeiro que não incluem em sua programação semanal pelo menos um dia destinado ao funk.

Num baile em comunidade carente e mesmo em muitos dos bailes de favela com presença ostensiva do tráfico, múltiplas territorialidades se encontram presentes. A própria comunidade que vê no baile funk uma forma mais imediata de lazer, parte do seu cotidiano, pois suas restrições socioeconômicas não os permitem desativar tal territorialidade tão facilmente. Para estas pessoas o funk representa também uma forma de sobrevivência, pois a grande circulação de pessoas no baile é uma forma de se beneficiarem da venda de comida e bebida nas barracas. É comum em alguns bailes deste tipo constatar a grande presença de pessoas de classes mais abastadas que ali estão vivenciando uma pseudosegurança, pois ao mesmo tempo em que podem consumir drogas, em geral, leves como maconha, livremente, estão em permanente estado de tensão, em relação à presença dos “homens do tráfico” que desfilam com seu armamento pesado. As pessoas sabem que qualquer deslizamento num baile deste tipo é fatal, em geral, não é um baile para se flertar, pessoas de classe média frequentam para consumir drogas ou simplesmente

para falar para seus colegas que freqüentou um baile do tipo, como se fosse um símbolo de coragem ou prestígio.

Os traficantes possuem variadas apropriações do baile funk. Em primeiro lugar é uma forma de aquecer o comércio varejista de drogas. Em segundo lugar, é seu espaço de lazer, é ali que o traficante se sente consumidor, ali que ele desfila com suas roupas de grife, onde ele é visto perante o outro, uma vez que como uma pessoa pendente com a lei ele não pode exercer plenamente a circulação pela cidade. Em terceiro lugar, a festa funk é um reavivamento periódico do poder do tráfico, as músicas (proibições) exaltam o tráfico e seu poder bélico. Como os “donos da festa” eles são os principais alvos de atenção, exercem ali seu duplo poder, coercitivo/material e simbólico representado pelos seus símbolos de poder, sua arma sempre a vista, cujo calibre representa seu grau de hierarquia no tráfico, logo de importância na festa, seu traje e seus adereços, as pessoas que os cercam, as mulheres que querem estar a sua volta¹³, as crianças que muitas vezes ali vêem seu futuro¹⁴.

De forma geral, os DJ's em qualquer modalidade de baile (favela, corredor ou midiaticado) também exercem um poder simbólico, porém também são contra-exercidos. Como executor do baile, o DJ controla a música, seu tipo e sua intensidade, controlando o ritmo do baile, os tipos de dança e o grau de excitação dos dançarinos. No entanto, são justamente os dançarinos o seu termômetro, pois o simples ato de não dançar põe em xeque o exercício do poder do DJ, obrigando-o a alterar o ritmo ou até mesmo ocasionando a não contratação do DJ nos próximos bailes. Neste caso fica evidente nossa noção de poder relacional e circulante, onde todos em um dado momento podem estar em posição de exercer o poder.

Voltemos ao baile de corredor, nele existe uma trama de forças, basicamente porque os freqüentadores reproduzem neste espaço uma disputa territorial. Diferente das gangues que entram em conflito para o controle territorial dos espaços vividos, os funkeiros transportam o conflito para uma festa, um espaço imaginário, porém vivenciado/realizado como no sentido das “heterotopias” de Foucault (2001). Muitos destes freqüentadores são amigos fora dos bailes, porém rivais dentro do baile, simplesmente porque fora do baile residem em bairros diferentes regionalizado como Lado A ou Lado B. Observemos o simplório esquema abaixo para que entendamos melhor a execução de um baile de corredor.

O entrechoque destas galeras no baile se dá por um dispêndio de energia gigantesco onde os lutadores mais habilidosos tentam encurralar as outras galeras do outro lado “ganhando território”, fica clara que neste instante a

relação de poder é física/material. No entanto, os lutadores/funkeiros mais bem sucedidos constroem sua fama e são respeitados por isso dentro e fora dos bailes (em seus bairros). Aqui percebemos o poder simbólico que também é representado pelas músicas das galeras (montagens) que trazem elementos de identificação territorial como uma praça do bairro ou o número da linha de ônibus que passa pelo bairro. Poder simbólico que também está representado pela figura do DJ que controla a intensidade dos conflitos com sua “musicologia”, ou quando coloca a montagem de uma galera específica instigando-a ao conflito. Outra figura é a dos seguranças que munidos de correntes ou borrachas ficam incumbidos de garantir a execução do baile sobre suas “regras”, como a de não agarrar o outro lutador/funkeiro.

CONCLUSÕES

O funk construiu múltiplas territorialidades e ele em determinada escala é também uma territorialidade. Mas aqui acreditando que não há hierarquia entre escalas, “não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas” (CASTRO, 1995, p. 132), podemos dizer que o funk visto de fora se configura numa territorialidade “homogênea” que pode ser ativada no exercício de uma multiterritorialidade em sentido amplo, assim ele se insere dentro da multiplicidade territorial. Mas, visto de dentro, ao mergulharmos no Universo Funk vemos uma variada gama de territorialidades que se imbricam em tamanho grau de complexidade desenhando uma multiterritorialidade em sentido estrito, e que aqui acrescentamos uma multiterritorialidade diferencial, apropriação de diferentes formas do fenômeno.

Tais territorialidades são construídas sem necessariamente terem um efetivo território, por isso nossa opção por trabalharmos território-territorialidade numa perspectiva simbólico-cultural. Quando muito podemos dizer que o território funk é no sentido que Souza (1995) propôs “flutuante” ou “móvel”, por não ter desenvolvido uma base material rígida e fixa, ele é periódico na medida em que só se constitui com a realização da festa e com o reavivamento dos seus objetivos e apropriações em todas suas distinções. O território do baile midiaticado é o mesmo do hip hop ou do dance na boate, o que irá diferenciar é o dia na semana para os quais tais eventos estão programados. O território do funk na favela é o mesmo do tráfico ou do espaço de vivência cotidiano da comunidade em todos os outros momentos. O território do baile de corredor é o mesmo em que, em outros

momentos, a quadra é utilizada pelas crianças que jogam futebol ou qualquer outra atividade que o proprietário do galpão designe.

O que garante a singularidade, diante disto, não é o território, e sim, as tramas de relações, os conteúdos sociais, as relações de força, as relações de poder(es) em suas várias acepções, as diferentes formas de apropriação do fenômeno que estão em relação naquele território efêmero, que periodicamente é reavivado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- _____. "Gostos de classe e estilos de vida". In: Ortiz, Renato (org.) - BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais. no. 39. São Paulo: Ática, 1989.
- CASTRO, Iná. "O problema da escala". In: Castro, Iná (org) Geografia conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Vozes, 1985 (1979).
- _____. Ditos e escritos:1954-1988 (Vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária 2001 (1984).
- HAESBAERT, Rogério. "Territorio e Territorialidade: um debate". GEOgraphia, Nº 17. Niteroi: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2007.
- _____. O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1987.
- HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992 (1989).
- MASSEY, Doren. Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. "Um sentido Global do Lugar". In: Arantes, O. (org.) O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000 (1991).
- MORIN, Edgar. O método 2: a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- SACK, Robert. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2008 (1988).
- SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental". In: Velho, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SOUZA, Marcelo. "O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento". In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- VANDENBERGHE, Frederic. As Sociologias de Georg Simmel. Bauru: EDUSC, 2005.
- VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- WIRTH, Louis. "O urbanismo como modo de vida". In: Velho, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.